

## POLÍTICA

# Reforma agrária: posse em 30 dias?

É o que o relator Bernardo Cabral apresenta hoje aos líderes partidários da Constituinte



Covas: presidencialista?

## PARLAMENTARISMO

**A dúvida, agora, é como agirá Sarney.**

A partir de hoje as atenções da Constituinte voltam-se para o presidente Sarney. A pergunta mais ouvida nos dois últimos dias é se ele manterá as mesmas críticas ao sistema parlamentarista de governo depois de tomar conhecimento da proposta do relator Bernardo Cabral, a ser anunciada oficialmente dentro de poucos dias, estabelecendo o parlamentarismo a partir de 1990, só depois de completado o período de Sarney.

Embora seus assessores mais diretos e ministros aconselhem o presidente a deixar o problema nas mãos dos constituintes, Sarney ainda tem fortes aliados e interlocutores para sua tese nas articulações desenvolvidas pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Para complicar ainda mais a situação, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, vai apresentar proposta de sistema presidencialista de gabinete, isto é, cria o conselho de ministros e a figura do primeiro-ministro, que funcionará como uma espécie de coordenador do governo. Estará, porém, subordinado ao presidente da República, que o nomeia e demite a seu critério.

O projeto de Covas prevê mandato de cinco anos para presidente da República, mas só para o sucessor de Sarney, cuja situação o senador preferiu não abordar nas disposições transitórias do projeto, preferindo apoiar a emenda popular das diretas em 88.

Em relação à proposta do relator Bernardo Cabral, Covas se mostra disposto a apoiar: "Posso concordar, mas não com o mandato atual de cinco ou seis anos. Se fixado o mandato de quatro anos, com eleições a 15 de novembro de 1988, apoiarei a adoção do parlamentarismo com o sucessor de Sarney", explicou.

Enquanto isso, segundo o comentarista Carlos Chagas, os grupos parlamentaristas que há dois dias espalharam a ameaça de reduzir o mandato de Sarney defrontavam-se ontem com um argumento lógico e irrefutável: se temem a atuação política do presidente para impedir o sistema parlamentar de governo é porque reconhecem nele razoável capacidade de manobra. Essa capacidade se esgotaria na questão parlamentarismo versus presidencialismo? Claro que não, responde o jornalista. Seria utilizada, também, como já vem sendo, na questão do mandato presidencial.

Mas ação de Sarney poderá se dar por outras vias, conforme admitiu ontem o governador Orestes Quércia, ao comentar que os governadores do PMDB poderão se definir por um regime presidencialista e passarem a pressionar os constituintes a aprovarem essa tese. Explicou, porém, que uma definição nesse sentido deverá ser tomada em conjunto, na reunião que será promovida no Rio de Janeiro. E ainda fez questão de deixar claro que até agora não há nenhuma articulação dos governadores visando pressionar a Constituinte.

O esboço do projeto de Constituição elaborado pelo relator da comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), será apresentado hoje aos líderes partidários. Nele, está garantida a imissão de posse no máximo até 30 dias após a desapropriação e o direito do proprietário desapropriado de recorrer à Justiça Federal, uma vez que não vai existir a Justiça agrária para estabelecer a função social da terra. Se essa função for comprovada, a desapropriação se dará em dinheiro e não em títulos da dívida agrária, válidos para as terras improdutivas e pagáveis em 20 anos.

A decisão de Bernardo Cabral — tomada em conjunto com os relatores — adjuntos e líderes peemedebistas que o auxiliam na elaboração do primeiro esboço do futuro substitutivo — vai depender agora dos líderes partidários. O que ficar decidido na reunião de hoje — às 16 horas, no Senado — vai constar do primeiro substitutivo que Cabral entregará até domingo à Constituinte. Na segunda-feira, o substitutivo será publicado e distribuído aos parlamentares, que o emendarão entre os dias 25 e 31 deste mês. A partir daí, Cabral terá de 1º a 7 de setembro para elaborar o substitutivo definitivo, que irá ao plenário da Sistematização e da Constituinte.

Segundo o relator-adjunto Nelson Jobim (PMDB-RS), o esboço — para proteger o proprietário de terras produtivas — fixará uma punição ao Incra sempre que houver uma desapropriação indevida. Comprovada a função social da terra, haverá a imissão imediata da posse e o pagamento de indenização em dinheiro. Neste caso não é cogitada a suspensão da desapropriação.

As atribuições do Poder Judiciário permaneceram praticamente inalteradas em relação ao atual anteprojeto de Constituição: o Supremo Tribunal Federal terá competência quase exclusiva para examinar questões de inconstitucionalidade de leis do governo ou do Congresso, bem como recur-



sos pelo não cumprimento de disposições constitucionais pelos Estados. O Tribunal Federal de Recursos será extinto e substituído pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por iniciativa do relator José Inácio Ferreira (PMDB-ES) será criado o decreto legislativo de vinculação, que dará poder de lei às súmulas (ou jurisprudência) dos Tribunais Superiores, evitando que uma causa do mesmo teor seja julgada caso a caso, como é hoje. Votada a súmula, pelo Congresso Nacional, ela passará a ser lei.

Na reunião de hoje, o relator Bernardo Cabral proporá aos líderes partidários a distribuição, entre os três Poderes, da competência de concessão ou renovação de emissoras de rádio e televisão. Atualmente, a decisão é exclusiva do Executivo.

Para chegar a esse esboço, o relator da Comissão de Sistematização baseou-se em cinco projetos de Constituição que estão em seu poder. Um é o próprio substitutivo elaborado na sistematização dos textos das co-

missões e subcomissões; outro é de autoria de deputado Sérgio Ferraz; e um terceiro foi elaborado pela Assessoria da Câmara, uma síntese dos textos já aprovados até agora pela Assembléia. Há ainda o texto (de 253 artigos) elaborado pelo assessor parlamentar José Afonso, a pedido do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas; e o projeto Hércules, do grupo dos "32", coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR).

### Ameaças

Informados de que os computadores do Banco do Brasil (onde líderes peemedebistas e integrantes da Comissão de Sistematização têm-se reunido, fora das dependências da Constituinte) têm armazenados apenas esses projetos, e insatisfeitos com o que já vazou do esboço, grupos e partidos minoritários denunciam uma "aliança do centro com a direita" e ameaçam obstruir indefinidamente os trabalhos em plenário.

Esses queixosos reuniram-se quarta-feira à noite na residência do líder do PDT, Brandão Monteiro, e ouviram o relato de outro pedetista, Vivaldo Barbosa, que auxiliava Bernardo Cabral nessas reuniões no Banco Brasil.

Ontem Brandão Monteiro reclamou que o PMDB se está achando no direito de tomar conta do projeto de Constituição, até mesmo preconizando o sistema parlamentarista a partir de março de 1990. "Só pode ser arranjo entre Ulysses e o presidente da República", disse o pedetista.

### Noturna

Na sessão extraordinária de ontem à noite, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) denunciou irregularidades em convênios firmados pelo ministérios da Saúde e da Previdência com o governo do Estado de São Paulo. Os outros oradores debateram a privatização do setor de saúde, atentamente acompanhados, das galerias, por representantes de hospitais da rede privada contrapostos a sanitaristas e militantes do PT, defensores da estatização.

## Governo quer Cz\$ 5 bilhões dos ruralistas

O ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, disse ontem que o governo está acionando os dois mil maiores proprietários de terras do País, para receber quase Cz\$ 5 bilhões de Imposto Predial Rural não recolhido. Numa clara alusão à UDR, Marcos Freire afirmou: "Dos que procuram ilegalmente fazer críticas ao governo, nós devemos cobrar ações". Enquanto isso, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, mantém novos contatos com lideranças políticas da Constituinte, para tentar excluir do substitutivo do relator Bernardo Cabral, ainda não apresentado, o princípio de imissão imediata de posse das terras desapropriadas.

Marcos Freire desembarcou ontem de manhã em Campina Grande, seguindo logo depois para a cidade de Esperança, onde participou, com o governador Tarcísio Buri-



Freire

Caiado

ty, da entrega de títulos de 72 hectares indenizados pelo Incra, a posseiros da região. Ele assegura que, se for mantido o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, para a reforma agrária, "estaremos dando um passo atrás", considerando-se os avanços já conquistados.

Depois de reconhecer que se houve "parcos avanços" na questão agrária, Mar-

cos Freire lembrou que seu ministério só tem dois anos de existência e trabalha em circunstâncias adversas.

### Incoerência

Em Brasília, Ronaldo Caiado, devido a um desencontro, deixou de conversar com o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. Hoje, vai tratar de defender seu ponto de vista diante do líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso.

A imissão de posse imediata das terras desapropriadas é um atentado contra a propriedade, garantida pela Constituição, e isso representa uma incoerência para a qual a classe política deve estar atenta, observou Caiado. O senador Passarinho, conforme relato do presidente da UDR, concordou com seu ponto de vista, de que esse problema deve ser tratado pela legislação ordinária.

## Centro do PMDB se organiza. Para provar que é maioria.

Os parlamentares do Centro Democrático do PMDB voltam a se reunir na próxima quarta-feira e, até lá, o líder do grupo, deputado Expedito Machado, espera ter recebido as indicações de todas as bancadas para a composição do Conselho Consultivo do grupo. Não haverá votação e as indicações serão feitas por escrito. Os nomes mais prováveis para a presidência do Conselho ou a liderança são os do próprio Expedito Machado e dos deputados Borges da Silveira e Marcos Lima, todos organizadores do Centro Democrático, a partir da coordenação das bancadas estaduais.

O deputado Expedito Machado esclareceu que, além do Conselho Consultivo, o grupo terá três coordenadorias, para tratar de temas referentes a administração, comunicação social, ao plenário e comissões, de modo a estruturar os trabalhos de forma organizada. Desmentiu tratar-se de uma iniciativa que vise a se transformar posteriormente em novo partido, observando que o grupo democrático congrega parlamentares de centro, como é a maioria da sociedade brasileira, e em condições de defender seus pontos de vista pelo voto.

O centro democrático congrega mais de cem parlamentares, mas o objetivo não é expulsar os esquerdistas do PMDB e, sim, demonstrar que eles não são maioria. A reunião de ontem do centro democrático não teve quórum para deliberação, mas Machado acredita que haverá na próxima quarta-feira, quando é maior o número de parlamentares em Brasília.

### Atentado contra a propriedade

Devido a um desencontro, Ronaldo Caiado deixou de conversar com o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. Hoje, Caiado vai tratar do mesmo assunto com o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso.

A imissão imediata de posse das terras desapropriadas é um atentado contra a propriedade, garantida pela Constituição, e isso representa uma incoerência para a qual a classe política deve estar atenta, observou Ronaldo Caiado. O senador Passarinho, conforme relato do presidente da UDR, concordou com seu ponto de vista, de que esse problema deve ser tratado pela legislação ordinária. Caiado comentou que tem obtido a compreensão das lideranças políticas com as quais tem conversado, mas observou que não adiantaria tratar do assunto com os partidos de esquerda.

## A União Progressista perde o entusiasmo

Diminuiu muito o entusiasmo dos parlamentares de esquerda do PMDB, integrantes do Movimento de União Progressista (MUP), para deixar o partido a curto prazo, na tentativa de organizar nova agremiação partidária de cunho socialista. Um dos coordenadores do movimento, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), disse que, antes da promulgação da nova Constituição, dificilmente alguém deixaria o PMDB.

O parlamentar gaúcho revelou que, apesar do descontentamento dos "progressistas" com a atuação do PMDB, as bases não estão apoiando a proposta divisionista. Mesmo assim, muitos estão dispostos a procurar outra legenda, até mesmo garantir espaço na disputa das eleições de prefeitos em 1988.

Os parlamentares das correntes de esquerda do PMDB continuam examinando três hipóteses: apoio ao PSB, lutar por um novo PTB ou criar uma frente socialista. Líderes do PTB confirmam entendimentos com mais de dez parlamentares descontentes no PMDB entre os quais o senador paranaense Afonso Camargo. O senador almoçou ontem com o deputado paulista Arnaldo Faria de Sá, do PTB, na companhia do ex-deputado Gilberto Azevedo (PTB), chefe de Gabinete do ministro da Previdência Social.